

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 30ª Reunião do GT-Indicadores e Monitoramento

Grupo de Trabalho:	Indicadores e Monitoramento (CT-ID)
Reunião:	30ª Reunião
Data:	20/04/2023 – 14h00
Local:	Videoconferência - <i>link: meet.google.com/rez-hufv-szz</i>
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foi discutido sobre o projeto de pesquisa em políticas públicas para a chamada pública da FAPESP.
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1. Abertura;2. Informes:<ol style="list-style-type: none">2.1 da Coordenação;2.2 dos Membros;3. Análise da Chamada 2023 do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas;4. Atualização Evento Sustentare & WIPIS 2023;5. Outros assuntos;6. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	<p>A reunião foi aberta pelo coordenador do GT-Indicadores e Monitoramento, Sr. Duarcides Mariosa (PUC-Campinas), que agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião.</p> <p>Quanto ao item 2, o Sr. Duarcides abriu a palavra para os informes, e não havendo solicitação deu sequência na reunião.</p> <p>Quanto ao item 03, o Sr. Duarcides apresentou as Normas para Apresentação e Seleção de Propostas do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Explicou que o grupo está trabalhando com programas de pesquisas em políticas públicas, o qual está relacionado com o programa de pós-graduação em sustentabilidade, e para preparar a proposta precisam atender as exigências da FAPESP. Nesse sentido, explicou que a ideia é fazer uma parceria da PUC-Campinas com a Agência das Bacias PCJ para solicitar esse apoio da FAPESP, e estabelecer uma matriz de avaliação conectando o que é feito na PUC-Campinas com os interesses da Agência PCJ para desenvolver as pesquisas em políticas públicas.</p> <p>Na sequência, o coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ, Sr. Tadeu Fabrício Malheiros (EESC/SHS), informou que fez uma reunião com os Srs. André Navarro, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informação da Agência PCJ e a Sra. Ester Felt, sobre os programas de pesquisas que cada um dos professores está acompanhando, e a ideia da plataforma que acompanharia o Plano das Bacias PCJ atendendo as necessidades dos Comitês PCJ, conforme discussão na última reunião do GT-Indicadores. Diante disso, o Sr. Tadeu explicou que em termos de recursos financeiros não há previsão de orçamento para pesquisa previsto nos Comitês PCJ, mas isso pode ser avaliado e mais bem discutido no GT-Indicadores para ser levado nas instâncias maiores dos Comitês PCJ. Também informou que na reunião foi falado sobre as prioridades do Plano de Bacias, e foi apontado que já está previsto no plano as necessidades em tecnologias e pesquisas, mas o que falta são recursos financeiros e vontade política. Concluindo, o Sr. Tadeu disse que sobre a chamada pública da FAPESP, o grupo precisa explorar melhor as exigências do edital, e principalmente verificar a questão da contrapartida para fazer essa devolutiva para a Agência PCJ. Diante disso, o Sr. Duarcides informou que uma possibilidade é colocar o salário dos pesquisadores envolvidos, mas para a Agência PCJ não necessariamente essa contrapartida seria com recursos financeiros. Explicou que eles podem seguir em algumas direções com relação ao projeto, como por exemplo definir alguns temas e citou: avaliação de impacto para redução de perdas ou modelo de gestão de conhecimento (bacias hidrográficas inteligentes) ou um programa de análise do Plano de Bacias.</p>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 30ª Reunião do GT-Indicadores e Monitoramento

Complementando, o Sr. Orandi Mina Falsarella (PUC-Campinas) informou que desenvolveu um projeto para o Ministério da Saúde para medir e avaliar as metas e ações que foram ou não desenvolvidas para determinados municípios e identificar o que eles ainda precisariam cumprir. Concluindo, o Sr. Tadeu disse que o PCJ já possui alguns modelos para tomada de decisão e o grupo pode testar ferramentas de melhoria (modelagem) conforme colocado pelo Sr. Orandi.

Em seguida, o Sr. Duarcides comentou que convidou a Sra. Maria Paula Pires de Oliveira (CIEA-SP e ex-membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ)) para trazer essas experiências com projetos e captação de recursos. Na sequência, ela explicou que possui experiências com a elaboração de projetos para captação de recursos por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e que eles são diferentes dos projetos da FAPESP. Também informou que falta esse monitoramento dos próprios projetos, mas o CBH-TJ está iniciando um levantamento desse banco de dados para divulgar essas informações a fim de verificar e acompanhar esses projetos do FEHIDRO e de outras fontes de recursos. Diante disso, o Sr. Duarcides agradeceu as contribuições da convidada e disse que a experiência dela, assim como dos demais membros, irá contribuir para a elaboração desse projeto para a chamada pública da FAPESP. Complementando, comentou que a proposta para envolver as instituições na chamada da FAPESP seguiria o seguinte formato: EESC-USP como instituição sede, a Agência PCJ como instituição parceira e a PUC-Campinas como instituição associada. E o tema do projeto poderia ser controle, identificação, avaliação, sugestão de políticas públicas e sistemas de apoio a decisão para redução de perdas. Nesse sentido, o Sr. Orandi reforçou que o grupo precisa estudar o edital e na sequência esboçar o projeto. Comentou que o Plano de Bacias tem uma série de objetivos a serem alcançados e metas estabelecidas, e reforçou que para saber se essas metas vão ser alcançadas precisam ter indicadores vinculados aos objetivos e as metas que serão traduzidas em plano de ações e projetos. Explicou que é algo complexo de ser monitorado pois são várias regiões da bacia hidrográfica. Citou como exemplo o município de Campinas/SP, que possui vários projetos de redução de perdas e o ideal seria criar um modelo de monitoramento do Plano de Bacias para o PCJ e para outros planos. Diante disso, a Sra. Denise Helena Lombardo Ferreira (PUC-Campinas) lembrou que no começo dessas discussões, quando iniciou os trabalhos entre a Agência PCJ e a PUC-Campinas, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) e a Sra. Marina Barbosa (Assessora Ambiental da Agência PCJ) comentaram da importância sobre o tema “poluição difusa”. Explicou que a ideia deles era premiar os parceiros que não estão poluindo, os agricultores que estão usando de forma correta os mananciais. Diante disso, a Sra. Denise colocou que essa poderia ser uma proposta interessante para inserir no projeto também. Complementando, os Srs. Tadeu e Duarcides sugeriram parcerias com alguns municípios das Bacias PCJ para o levantamento de dados contribuindo no desenvolvimento da proposta e facilitando o fluxo de informações.

Quanto ao item 4, o Sr. Tadeu comentou que precisam de uma carta de encaminhamento a ser enviada para a Sra. Ester, apresentando a contrapartida em termos de divulgação aos apoiadores do evento. Diante disso, o Sr. Duarcides informou que a transmissão do evento Sustentare & WIPIS já está alinhada com a empresa Acquaviva Promoções e Eventos. Após a discussão dos membros sobre a transmissão e o apoio, o Sr. Orandi ficou a disposição para elaborar a carta de encaminhamento. Por fim, o Sr. Duarcides informou que o evento já possui 1.065 inscritos, 8 trabalhos submetidos, uma mesa fechada e o *site* está sendo atualizado.

Finalizando, como encaminhamento os Srs. Duarcides e Tadeu informaram que a partir de uma abordagem metodológica específica, conforme toda a discussão e sugestão que foi colocada pelo grupo, o próximo passo é marcar uma reunião com a Agência PCJ apresentando a proposta, definir os parceiros, e na sequência destrinchar o que foi proposto

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 30ª Reunião do GT-Indicadores e Monitoramento

	para inserir nos projetos, dentro do prazo de 60 dias, e em seguida encaminhar para a FAPESP. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Duarcides agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
Próxima reunião:	31ª Reunião – 18/05/2023 às 14hs.
Observações:	Chamada Pública 2023 da FAPESP, neste link . Plano das Bacias PCJ 2020-2035, neste link . Sustentare & WIPIS 2023, neste link .
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Ana Carolina da Silva Frigo (PUC-Campinas)
2	Denise Helena Lombardo Ferreira (PUC-Campinas)
3	Duarcides Ferreira Mariosa (PUC Campinas)
4	Maria Paula Pires de Oliveira (CIEA-SP)
5	Orandi Mina Falsarella (PUC-Campinas)
6	Rebeca Silva (Agência das Bacias PCJ)
7	Tadeu Fabrício Malheiros (EESC/SHS)
8	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)